

RELATÓRIO

ANUAL

2018





APRESENTAÇÃO

A Diretoria Executiva apresenta o **Relatório Anual de Informações da OABPrev-MG**, em conformidade com a *Resolução CGPC nº 23/06*, publicada pela Secretaria de Previdência Complementar.

As informações de desempenho que consolidam as operações da entidade referem-se ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018.

Neste Relatório Anual, estão incluídas as informações mais importantes do Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado – PBPA, dentre elas as Demonstrações Contábeis do Exercício de 2018, o parecer do Conselho Fiscal, o Parecer do Conselho Deliberativo, o desempenho dos investimentos, e outros assuntos fundamentais para a condução do negócio.

A transparência e a prestação de contas para os participantes são fundamentais para manter a confiança de todos!



MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

Em um ano marcado por incertezas, em especial devido às expectativas geradas em torno da reforma da previdência que não ocorreu, da greve dos caminhoneiros que provocou crise institucional e financeira em um país já fragilizado, das eleições que definiram o novo presidente da República e, conseqüentemente, delinearum um novo cenário econômico e político nacional, nós, da OABPrev-MG, nos sentimos recompensados com os resultados conquistados pela entidade.

Nossos números reforçam uma atuação ética, pautada por uma governança corporativa responsável que garante aos envolvidos no processo decisório o cumprimento dos códigos de conduta pré-acordados e, acima de tudo, contribui para minimizar conflitos de interesse ou quebra dos deveres institucionais.

Em 2018 concluímos uma extensa e cuidadosa auditoria interna com objetivo de validar as informações de todas as movimentações registradas na entidade desde sua fundação. O trabalho foi acompanhado de perto pela PREVIC, pois constituía obrigação firmada pela entidade em TAC – Termos de Ajustamento de Conduta e que foi concluído em novembro de 2018, com a entrega do relatório final.

Para ilustrar o alcance dessa auditoria, no período que compreende os anos de 2005 a 2018, foram analisados aproximadamente R\$ 243 milhões de reais em 1,4 milhão de movimentações financeiras, tendo sido conciliados 99,95% de toda movimentação previdenciária e financeira da entidade, com resultado extremamente positivo e sem nenhum prejuízo aos participantes, ao contrário, com aumento do valor da cota final apurada em setembro de 2018.

Face ao excelente desempenho de 2018, somado à conclusão da auditoria interna, foi aprovado, ainda, pelo Conselho Deliberativo da entidade a reversão da taxa administrativa recebida em 2018, no importe de R\$ 1.050.000,00 levada a efeito em dezembro em forma de rentabilidade para o plano, fazendo com que a rentabilidade líquida da entidade, em relação ao CDI, passasse de 116,90 % para 126,64 %, conforme amplamente divulgado, atestando, com isso, o propósito final da OABPrev-MG no sentido de garantir solidez ao plano de previdência com o melhor retorno financeiro.

Durante o ano de 2018, 1.700 novos participantes passaram a integrar o quadro da entidade. Também ampliamos as parcerias com instituidores, com o objetivo de unir ainda mais os advogados de 10 estados brasileiros e do Distrito Federal. Terminamos o ano com 100% dos diretores certificados pelo ICSS e habilitados pelo PREVIC. Além disso, realizamos diversos treinamentos e palestras importantes, que possibilitaram a reciclagem e o desenvolvimento profissional de conselheiros, diretores e colaboradores.

Na OABPrev-MG, o plano de previdência privada possui hoje uma das mais baixas taxas de administração do mercado, atendendo plenamente às necessidades dos advogados e de seus familiares que anseiam por mais segurança na aposentadoria. Além disso, os participantes têm direito a outras vantagens e diferenciais, o que nos deixa muito satisfeitos.

Nesses quase 14 anos de existência, nossa entidade cresceu e solidificou sua presença diante de uma comunidade que não para de aumentar. Foi um aumento de mais de 500% em nossa base de participantes e crescimento patrimonial de 2.425%.

Iniciamos 2019 com a certeza de que ainda temos muito que fazer pelos advogados, estagiários e dependentes.

Como Diretor-Presidente dessa conceituada instituição, expresso aqui meu profundo agradecimento a todos que procuram fazer da OABPrev-MG uma das melhores gestoras de fundos de previdência privada do país, confiante no crescimento e fortalecimento da entidade com foco em nossa razão de existir: os nossos participantes e assistidos.

Armando Quintão Bello de Oliveira Júnior

Diretor-Presidente



ADMINISTRAÇÃO DA OABPREV-MG

Diretoria Executiva

Armando Quintão Bello de Oliveira Junior
Diretor Presidente

Leonardo Henrique Quites Teixeira
Diretor Vice-Presidente

Bernardo Coelho de Andrade
Diretor Administrativo

Guilherme Vilela de Paula
Diretor de Investimento

Fernando Ferreira Calazans
Diretor de Seguridade

Conselho Fiscal

Titulares

Marcos Antônio Pires de Moraes

Rosemary Mafra Nunes Leite

Marco Antônio Alves

Eduardo Henrique Puglia Pompeu

Marcelo Barroso Lima Brito de Campos

Fernando Gonzaga Jayme

Suplentes

Gustavo Silva Macedo

Ivone Paula de Oliveira

Gustavo Vilela de Menezes

Adriano Stanley Rocha Souza

Leonardo Pereira Rezende

Carlos Victor Muzzi Filho

Conselho Deliberativo

Titulares

Antônio Marcos Nohmi

Daniel Senra Delgado

Enéas Virgílio Saldanha Bayão

Edward Marcones Santos Gonçalves

Leonardo Macedo Poli

Marco Túlio de Carvalho Rocha

Fernando Tadeu da Silva Quadros

Edward Marcones Santos Gonçalves

Carlos Eduardo Arantes da Silva

Francisco Shimabukuro Junior

Tenarêssa Aparecida de Araújo Della Libera

Suplentes

Nicanor Oscar Prata de Castro

João Vicente Montano Scaravelli

Rogério Vieira Santiago

Fabiano Campos Gonçalves

Lourival Soreano de Paula

Vander Lima Fernandes

Diogo José da Silva

Sidney Machado Torres

Rodrigo Araújo Lopes Cançado

Humberto Theodoro Neto

INSTITUIDORES DO PLANO

Ordem dos Advogados do Brasil

 OAB Seccional Acre

 OAB Seccional Amapá

 OAB Seccional Distrito Federal

 OAB Seccional Espírito Santo

 OAB Seccional Maranhão

 OAB Seccional Mato Grosso

 OAB Seccional Mato Grosso do Sul

 OAB Seccional Minas Gerais

 OAB Seccional Pará

 OAB Seccional Rondônia

 OAB Seccional Roraima

CAA Caixa de Assistência dos Advogados

 CAA Acre

 CAA Distrito Federal

 CAA Espírito Santo

 CAA Maranhão

 CAA Mato Grosso

 CAA Mato Grosso do Sul

 CAA Minas Gerais

 CAA Pará

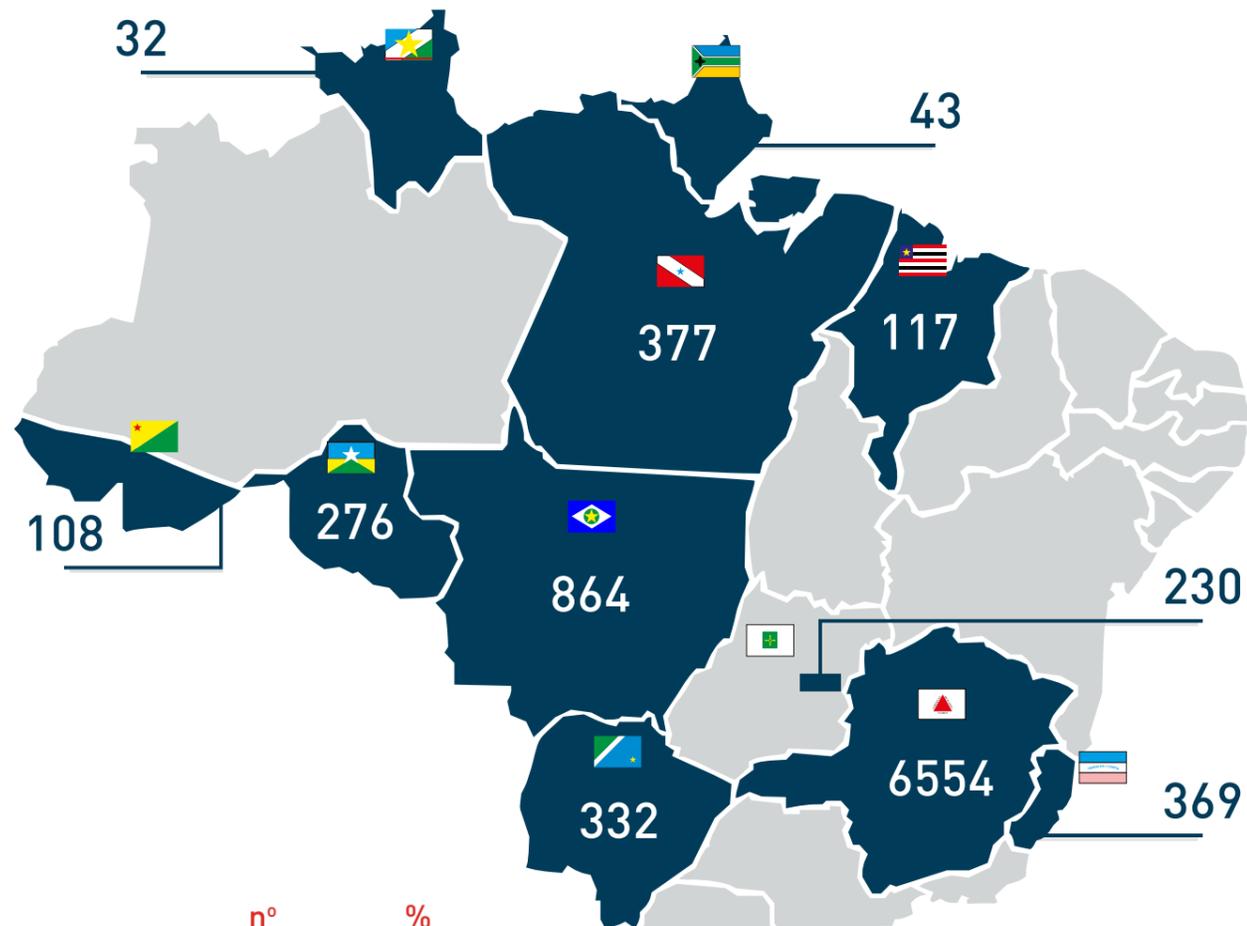
 CAA Rondônia

 Ordem dos Músicos.CRMG

 SINTAPPI-MG

GESTÃO DOS PARTICIPANTES

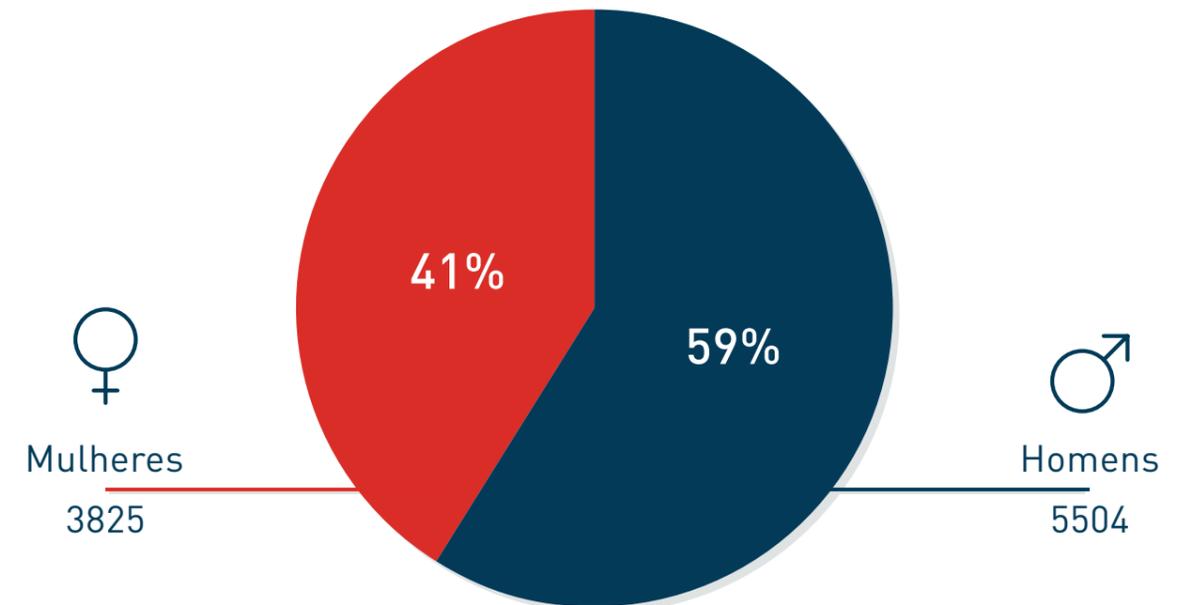
Participantes ativos por estado



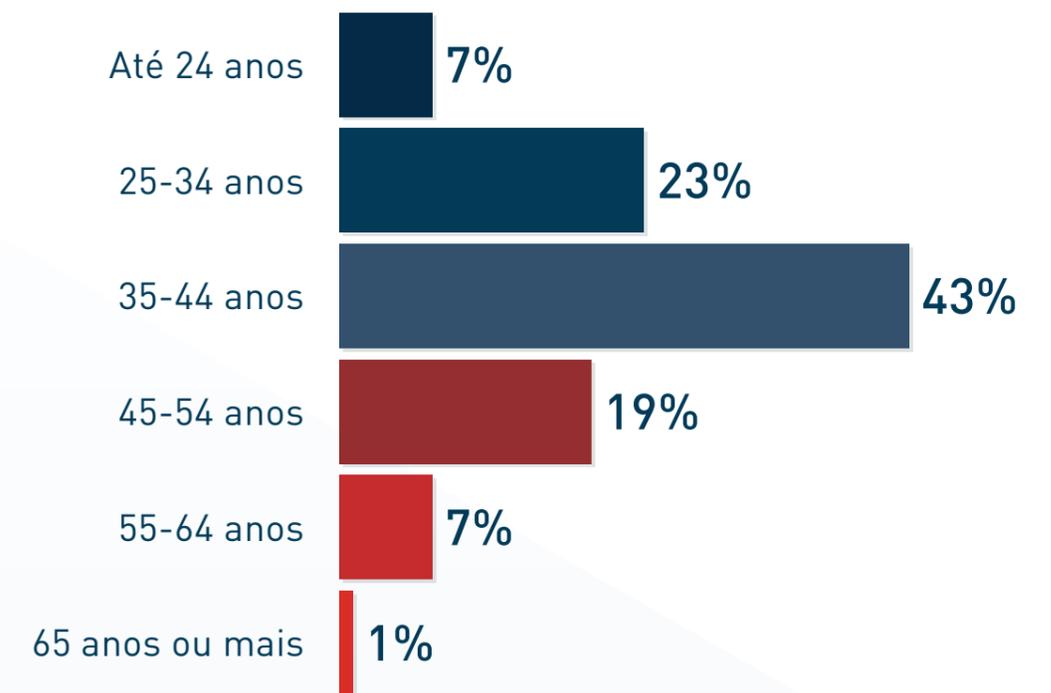
	nº	%
MG	6554	70,3
ES	396	4,4
MT	864	9,2
MS	332	3,6
RO	276	2,9
AC	108	1,1
PA	377	4,1
DF	230	2,5
AP	43	0,4
RR	32	0,3
MA	117	1,2
TOTAL	9329	100

PERFIL DOS PARTICIPANTES ATIVOS

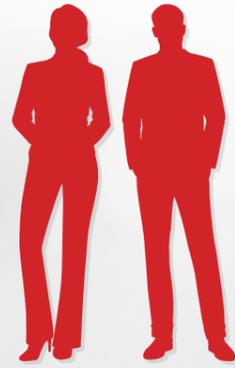
Participantes ativos por sexo



Participantes ativos por faixa etária



Perfil dos participantes assistidos

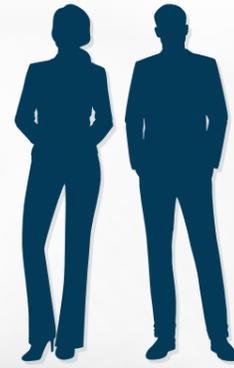
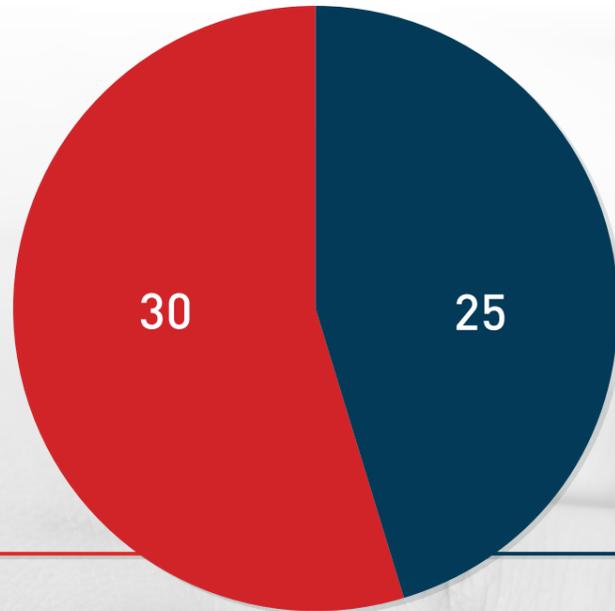


35 anos
(idade média)

Pensionistas

♀ 18

♂ 12



61 anos
(idade média)

Aposentados

11 ♀

14 ♂

TAXAS DE CARREGAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Para o exercício de 2018, as taxas de carregamento e administração adotadas em conformidade com a *Resolução CGPC Nº 29* de 31 de agosto de 2009 foram:

Taxa de carregamento: 0,0% (zero por cento);

Taxa de administração: 0,7% a.a. para qualquer número de cotas

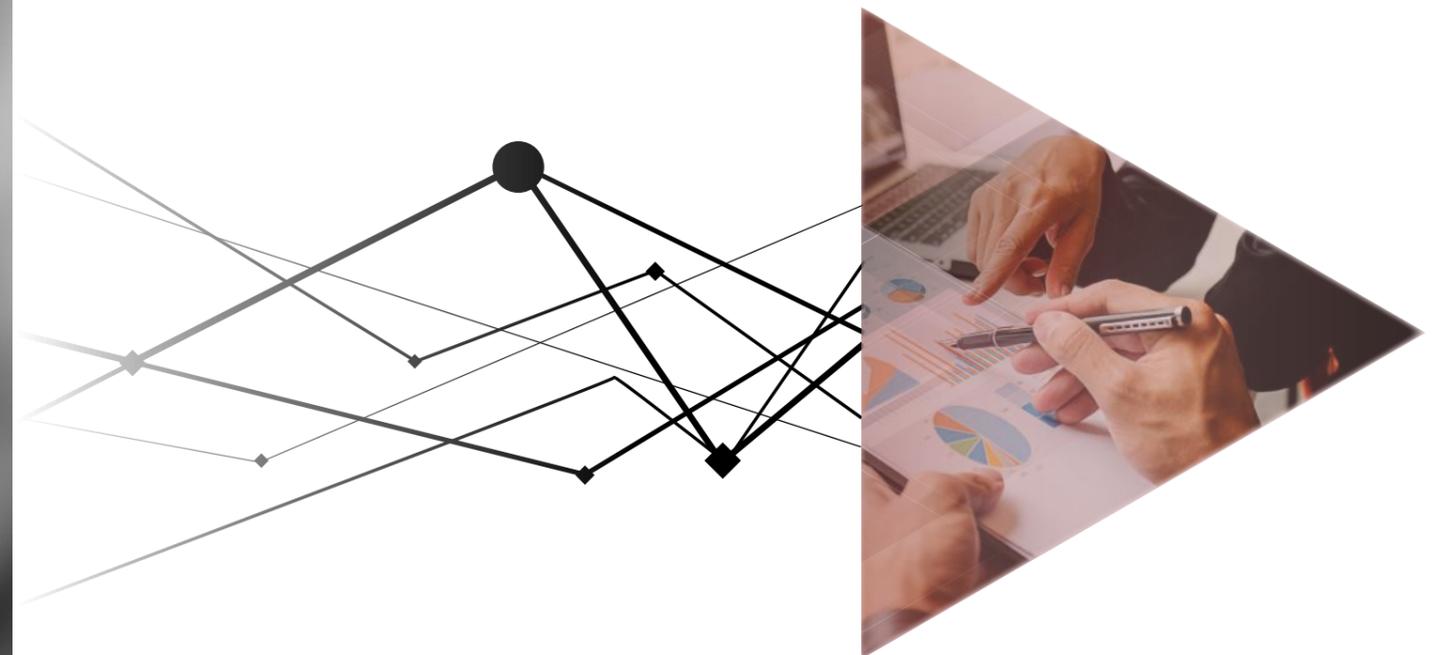
O ano de 2018 foi de muitas evoluções para a OABPrev, e uma delas foi a aprovação do percentual da nova taxa de administração para o ano de 2019. O percentual, a partir do mês de janeiro de 2019, passará a ser de 0,5% para todos os participantes, um dos melhores e mais atrativos do mercado. Já a taxa de carregamento foi mantida em 0,0%. Esses benefícios são grandes diferenciais da entidade.

ALTERAÇÃO DE REGULAMENTO

Foram aprovadas no ano de 2018, pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, as alterações propostas para o Regulamento do Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado – PBPA.

A alteração teve por objetivo principal a adequação do plano às novas regras previstas pela *CNPC nº 23* de 25/11/2015.

O Regulamento vigente está disponível para consulta no site da Entidade no item Institucional > Regulamento.



GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Em 29 de maio de 2018, entrou em vigor a nova *Resolução CMN 4.661*, em substituição à *Resolução 3.792*. Com a *Resolução n.º 4.661*, que dá cumprimento a normas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional, o Banco Central impôs regras mais rigorosas nas práticas de Governança Corporativa nas operações de investimentos e nos controles de riscos.

A adoção de práticas de Governança Corporativa garante que os envolvidos no processo decisório da Entidade cumpram seus códigos de conduta pré-acordados a fim de minimizar conflitos de interesse ou quebra dos deveres.

Conforme estatuto aprovado pelo órgão fiscalizador, compete à Diretoria Executiva a administração da Entidade. Cabendo-lhe, também, gerir o Plano de Benefícios em estrita observância às normas legais e diretrizes estabelecidas pela Política de Investimentos.

De acordo com a *Resolução CMN 4.661/2018*, cabe ao Conselho Deliberativo a responsabilidade de aprovar a Política de Investimentos antes do início do exercício a que se refere. Já ao Conselho Fiscal, segundo a *Resolução CGPC 13/2004*, cabe a responsabilidade de fiscalizar o cumprimento da Política de Investimentos e seus respectivos resultados, em consonância com as normas em vigor.

Ainda de acordo com a *Resolução CMN 4.661/2018* é estabelecida a necessidade de identificação e de controle dos riscos incorridos pelas Entidades, sendo designado um Administrador Responsável pela Gestão de Riscos – ARGR. Abaixo os riscos avaliados periodicamente na gestão dos recursos garantidores do Plano da OABPrev:

- Risco de mercado;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de gestão;
- Desenquadramentos.



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos estabelece os princípios e as diretrizes a serem seguidos na gestão dos recursos correspondentes às reservas técnicas, fundos e provisões sob a administração da Entidade, visando atingir e preservar o equilíbrio atuarial e a solvência do Plano. Ela também visa garantir a continuidade do gerenciamento prudente e eficiente dos ativos da Entidade.

As diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos são complementares, isto é, coexistem com aquelas estabelecidas pela legislação aplicável, sendo os administradores e gestores incumbidos da responsabilidade de observá-las concomitantemente.

A *Resolução CMN 4.661/2018* estabelece que a Política de Investimentos deve estar adequada ao Passivo Atuarial de cada Plano, bem como observar os princípios de Segurança, Rentabilidade, Solvência, Liquidez e Transparência. A estratégia a ser adotada na Política de Investimentos deverá seguir o perfil do Plano, podendo agregar maior ou menor risco na gestão dos recursos sempre observado o passivo atuarial do Plano, principalmente em função da liquidez e da solvência dos compromissos e obrigações do mesmo.

Em atendimento às adequações supracitadas, a Política de Investimentos do Plano de Benefícios Previdenciários dos Advogados - PBPA da OABPrev - observa também os resultados do estudo ALM (*Asset Liability Management*) desenvolvido pela Consultoria Financeira Aditus. Sua utilidade consiste em tomar ações de gestão observando o comportamento do passivo atuarial ao longo do tempo, levando em consideração a duração dos ativos e o gerenciamento de riscos.

Em paralelo à ALM, também são realizados estudo de fronteira eficiente de Markowitz para a carteira da OABPrev, a fronteira eficiente realiza análises acerca da relação entre retorno, risco e correlação dos ativos, resultando em diversos cenários de carteiras para as bases da alocação dos ativos.

A adoção destes estudos no processo decisório de alocação dos ativos da OABPrev resulta em maior probabilidade de sucesso na gestão da carteira.



CENÁRIO MACROECONÔMICO

Cenário econômico – 2018

O ano de 2018 caracterizou-se por apresentar elevada volatilidade nos mercados domésticos e internacional, e terminou com boas perspectivas para os próximos anos.

Cenário interno

Pelo cenário doméstico, após as turbulências políticas que paralisaram a agenda de reformas em 2017, 2018 começou com a condenação do ex-presidente Lula e melhora nas expectativas de vitória de um candidato reformista nas eleições presidenciais. A pena de prisão de 9 anos e seis meses, determinada pelo juiz Sergio Moro, foi elevada para 12 anos e um mês, também em decisão consensual. Essa combinação de equivalência de julgamento e pena era o melhor cenário possível para os mercados que, apesar do otimismo crescente desde que o julgamento foi marcado, não precisava desse resultado. O mercado acreditava na condenação por 3 votos a 0, mas via na incerteza quanto à isometria de pena uma possibilidade de recursos por parte da defesa que arrastassem o processo até as eleições, com efeitos perversos sobre os mercados.

Entretanto, a partir de abril, com a percepção de que a inflação nas economias desenvolvidas finalmente convergia às metas, após anos de calmaria, reascendeu a tensão quanto aos efeitos de uma possível alteração na política monetária, principalmente nos EUA. Com o fim do interregno benigno para os países emergentes houve forte apreciação global do dólar, em especial, contra as moedas dos emergentes, que somadas às incertezas eleitorais no Brasil, provocaram movimento de depreciação do real mais forte que a maioria dos seus pares. Em face da piora do panorama macroeconômico nos meses de abril e maio, o Banco Central surpreendeu o mercado e manteve a taxa de juros em 6,50%, mesmo após sinalizações de que o movimento do dólar era global e que a decisão dependeria da inflação, em níveis extremamente benignos, das expectativas e da atividade econômica. O ruído na comunicação do Banco Central provocou uma grave crise de confiança que assolou a economia e terminou com a forte crise institucional causada pela greve dos caminhoneiros, com reflexos sobre a atividade, a inflação, a até então austera política fiscal do governo Temer.

Após a condenação e posterior prisão, o ex-presidente Lula teve sua candidatura barrada pelo TSE em virtude da Lei da Ficha Limpa no início de setembro e obrigou o PT a oficializar a candidatura de Fernando Haddad. Entretanto, o evento que foi determinante para o rumo das eleições presidenciais foi o atentado sofrido por Jair Bolsonaro (PSL), durante ato de campanha em Juiz de Fora (MG), que após 23 dias internado, permaneceu até o fim das eleições afastado de atos e debates. Jair Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil, com 55,1% dos votos válidos no 2º turno, contra 44,9% de Fernando Haddad. As principais medidas econômicas defendidas em sua plataforma de governo são: redução de gastos públicos e busca de eficiência no enxugamento das estruturas administrativas; reforma da previdência, através da implementação, ao longo do tempo, do regime de capitalização em busca da eliminação do déficit previdenciário; simplificação do atual sistema tributário, com a introdução de um tributo único e eliminação de impostos "em cascata"; agenda de privatizações, de forma a aumentar a eficiência e qualidade das empresas, além do benefício fiscal; indicação do economista Paulo Guedes para o Ministério da Economia, criado com a fusão dos Ministérios da Fazenda, Planejamento, e Indústria e Comércio; e o desejo em manter parte da atual equipe econômica da administração federal e do Banco Central demonstra convergência com os avanços obtidos recentemente no terreno monetário e fiscal. A vitória eleitoral de Jair Bolsonaro reduziu as incertezas quanto à continuidade do processo de reformas, refletido nos preços dos ativos brasileiros.

O processo eleitoral conturbado no Brasil em meio a tentativa frustrada de aprovação de um projeto de reforma da previdência transformou o mercado brasileiro numa montanha-russa, sobretudo após o desempenho fraco da economia no ano. A expectativa é que o crescimento do PIB seja apenas de 1,3% ante previsão de quase 3% do mercado no início do ano. A taxa de desemprego média deve fechar o ano acima de 12%. O destaque positivo fica por conta da taxa de inflação. A expectativa é de variação anual em cerca de 3,7%, portanto, abaixo da meta de 4,5% estabelecida pelo Banco Central. Este resultado reflete em grande medida o elevado grau de ociosidade da economia após alguns anos de recessão ou de crescimento baixo (2017), mas certamente também reflete a capacidade de ancoragem de expectativas pela atual equipe do Banco Central. Por fim, ainda que tenhamos apresentado um déficit primário menor do que a meta estabelecido na LDO de 2018, o problema fiscal continua sendo o nosso "calcanhar de Aquiles". As dívidas bruta e líquida devem fechar o ano em torno de 76% e 54%, respectivamente.



Cenário externo

O período de “*goldilocks*” (forte crescimento global com baixas pressões inflacionárias) chegou ao fim. O processo de normalização da política monetária nas principais economias do mundo provocou piora nas condições financeiras globais e redução de liquidez internacional, e a conjuntura externa se revelou mais desafiadora, principalmente para os países emergentes. Em particular, Argentina e Turquia foram os países que mais sofreram neste ambiente de maior restrição de liquidez, sobretudo, em função de suas particularidades internas.

O ano também ficou marcado pela intensificação das disputas comerciais através da adoção de tarifas de importação dos EUA sobre diversos países. Houve a substituição do NAFTA por um outro acordo chamado de USMCA (*US-Mexico-Canada-Agreement*), cuja a entrada em vigor só se efetivará após ser ratificado pelos parlamentos dos seus respectivos países. Entretanto, o principal alvo do governo Donald Trump tem sido a China, grande exportadora líquida para os EUA, que após diversas rodadas de imposição de tarifas de ambos os lados, o resultado que se pode observar até então são os primeiros sinais de crescimento menor em ambos os países. É evidente que isto tem um importante impacto sobre o crescimento econômico mundial, sobretudo em relação a demanda por *commodities*.

Na Zona do Euro, três eventos chamaram atenção. O primeiro é o anúncio do Banco Central Europeu de que o programa de injeção mensal de liquidez (*Quantitative Easing*) chegaria ao fim em dezembro de 2018, apesar dos dados não sugerirem aceleração da atividade e inflação. O segundo é sobre as indefinições quanto aos termos do Brexit, que ainda estão sendo negociados pelo parlamento britânico e a saída está programada para março de 2019. A indefinição deste processo tem trazido incertezas para as economias do bloco dado o potencial de estrago que a não assinatura de algum acordo pode provocar (“*hard*” Brexit). O terceiro evento é sobre a posição anti-UE adotada pelo governo italiano quanto à aprovação do orçamento para 2019. Ainda que se tenha chegado a um acordo sobre o déficit fiscal pretendido pelo governo, pode ser um primeiro indicativo das dificuldades futuras do bloco.

Quanto aos países emergentes, as questões idiossincráticas somadas ao aperto das condições financeiras contribuíram para o aumento da volatilidade nestes mercados ao longo do ano. A intensa crise cambial turca observada este ano é o reflexo da péssima combinação entre crise política e decisões de política econômica equivocadas. Desde a tentativa da derrubada do atual Presidente da Turquia, Recep Erdogan, em 2016, a crise política tem dado a tônica naquele país. A tentativa de ingerência sobre as decisões de política monetária do Banco Central turco e a crise diplomática com EUA em torno da prisão de um pastor norte-americano geraram elevada volatilidade nos mercados. Soma-se a isso a inflação elevada e as empresas e bancos endividados em moeda estrangeira devido às políticas de estímulo baseadas em acesso fácil ao crédito. A Argentina, país emergente que apresentou a maior deterioração nos preços dos ativos em 2018, apresentou forte depreciação cambial que foi agravada pela crise de confiança, intensificada após fracassos em planos adotados pelo governo argentino e pelo Banco Central.

Após as eleições para o congresso americano, o Partido Democrata conquistou maioria na Câmara dos Representantes, pela primeira vez em oito anos, enquanto o Partido Republicano continuou com maioria no Senado. Este resultado foi uma derrota para o presidente Donald Trump, já que com a nova configuração do congresso, o impulso fiscal promovido em seu governo, responsável pela aceleração recente da economia americana, deve chegar ao fim.

Recentemente, diversos membros do Fed adotaram tom mais cauteloso a respeito da condução da política monetária. Jerome Powell, presidente do Fed, em discurso no The Economic Club of New York, afirmou que as taxas de juros estão “logo abaixo” da taxa neutra. E, em evento promovido pelo Fed com Jerome Powell, Janet Yellen e Benjamin Bernanke, ex-presidentes do Fed, Powell afirmou que o Fed está “ouvindo o mercado e, se necessário, não hesitará em promover mudanças”, e ainda fez menções ao ano de 2016, em que o Fed promoveu apenas uma alta (ao final de 2015, eram projetadas quatro altas). O spread entre os juros de 10 anos e 2 anos americanos atingiram o menor nível desde 2007, período pré-crise, durante o mês de dezembro. Inversões na curva de juros são bons indicadores antecedentes de recessões na economia americana, que somadas à recente deterioração das condições financeira, pode justificar a maior cautela adotada recentemente pelos membros do Fed.

Neste sentido, os fundamentos macroeconômicos do Brasil, sobretudo se comparado com seus pares emergentes, sugerem que o ano de 2019 pode apresentar ótimos resultados econômicos caso consiga o governo consiga aproveitar esta oportunidade. Ou seja, ainda que as condições financeiras internacionais possam permanecer em terreno mais restritivo do que em momentos recentes, poderemos ser o principal destino para o ingresso de recursos de investidores estrangeiros em 2019. Para tanto, a reforma da previdência é a chave para tornar isto realidade. Primeiro, porque o ritmo de crescimento das despesas nesta composição é insustentável a médio e longo prazo. Segundo, a prioridade da reforma fiscal tem como base uma reforma do Estado, o que por sua vez proporcionará mudanças. A agenda proposta pelo novo governo de priorizar a busca pela solução do problema fiscal na sua amplitude se transformando numa reforma do Estado será um divisor de águas se for bem-sucedido.



DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS – 2018

Conforme Resolução MPS/CNPC N° 23, de 06 de dezembro de 2006, Art.º 3, a OABPrev vem por meio deste relatório disponibilizar aos participantes as informações referentes aos investimentos da Entidade durante o ano de 2018.

Reversão dos resultados para os participantes em 2018

A atual diretoria tem realizado um trabalho de grande sucesso na administração e gestão orçamentária, conseguindo reduzir a taxa administrativa duas vezes nos últimos 3 anos e também acumular uma excelente reserva financeira.

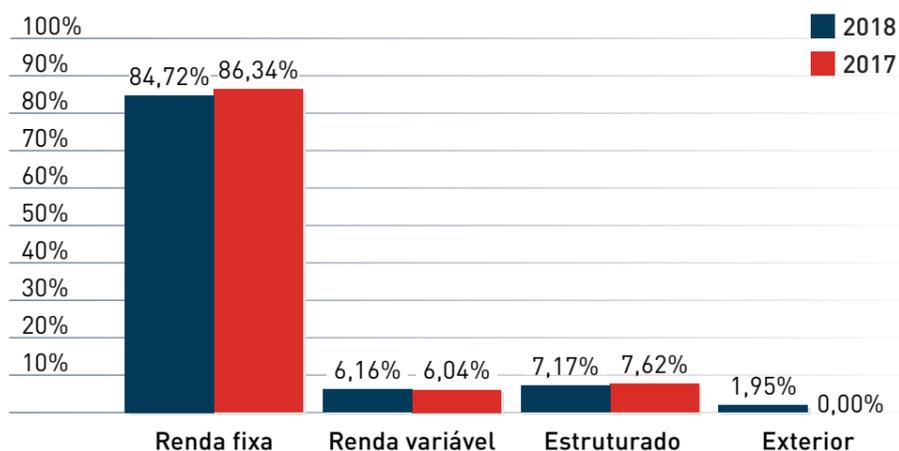
Após o estudo de diversos cenários orçamentários para os próximos anos, foi verificado que a reserva administrativa superou as necessidades da entidade.

Diante deste superávit administrativo acumulado, a diretoria aprovou junto ao conselho deliberativo que todo valor de taxa administrativa recebida em 2018 (R\$ 1.050.000,00) fosse revertido ao saldo dos participantes em forma de rentabilidade, aumentando ainda mais o bom resultado do ano, atingindo 126,64 % do CDI.

Alocação dos recursos por segmento de aplicação

Segmento	2018	2017	Varição 2017-2018
Renda fixa	154.742	137.837	12,26%
Renda variável	11.243	9.643	16,59%
Estruturado	13.097	12.166	7,65%
Investimento no exterior	3.565	0	100%
TOTAL	182.646	159.646	14,41%

Distribuição por segmento



A OABPrev possui estratégias de diversificação da carteira, onde cada fundo é monitorado constantemente com o objetivo de certificar sua aderência à Política de Investimentos da Entidade. Além disso, o planejamento e controle de nossas estratégias contam com amparo e expertise da Consultoria Financeira Aditus, garantindo amplitude e coerência em nossas aplicações, sempre em consonância com as expectativas do mercado e, principalmente, com os objetivos do Plano.

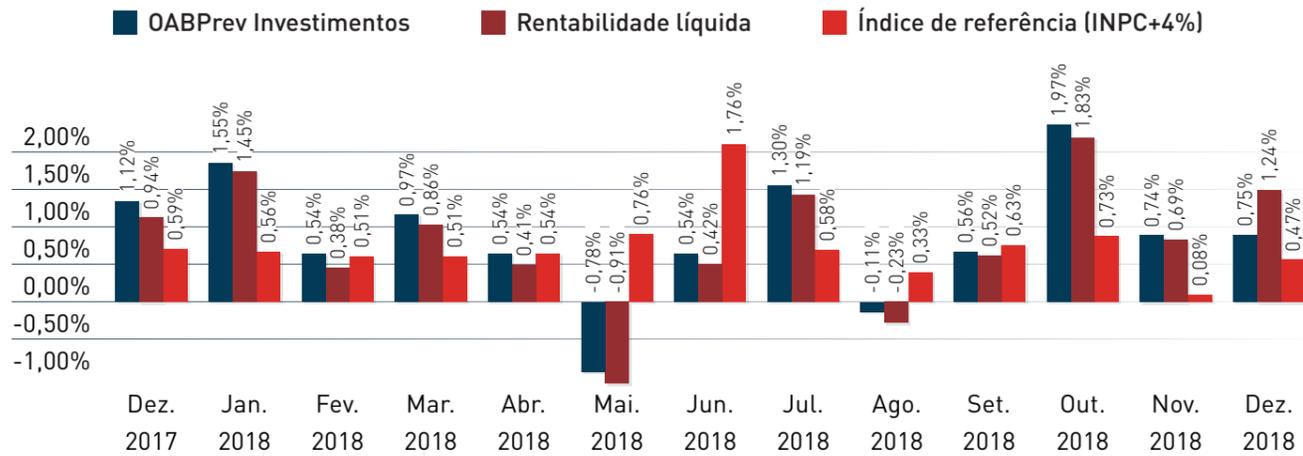
Em 2018, a OABPrev manteve 84,72% dos recursos garantidores do Plano alocados em Renda Fixa e 15,28% em outros segmentos, o que nos permitiu aproveitar as oportunidades do mercado, otimizando a rentabilidade e garantindo a baixa exposição ao risco.

Alocação dos recursos por gestor

PBPA – Plano de Benefícios Previdenciários dos Advogados				
Fundos	Saldo no mês	% do plano	Rent. mês	Rent. 12 meses
Renda fixa	R\$ 152.770.306,42	83,64%	0,60%	8,92%
OABPREV CLÁSSICO FIM	R\$ 152.548.384,86	83,52%	0,60%	5,33%
PROFIX INSTITUCIONAL FIM CP	R\$ 221.921,56	0,12%	-0,89%	920,59%
Renda variável	R\$ 11.242.553,58	6,16%	2,49%	17,95%
IBIUNA EQUITIES FIC FIA	R\$ 2.325.979,20	1,27%	-0,33%	2,29%
JGP EXPLORER INSTITUCIONAL FIA	R\$ 2.073.715,79	1,14%	0,52%	2,73%
ATMOS INSTITUCIONAL FIC FIA	R\$ 1.628.754,12	0,89%	4,41%	22,36%
OCEANA SELECTION FIC FIA	R\$ 1.778.535,55	0,97%	0,95%	8,37%
AZ QUEST SMALL MID CAPS FIC FIA	R\$ 1.922.152,74	1,05%	4,70%	10,75%
SUL AMÉRICA EXPERTISE II FIA	R\$ 1.513.416,18	0,83%	5,58%	15,34%
Investimentos estruturados	R\$ 13.096.798,11	7,17%	0,59%	9,21%
OCEANA LONG BIASED FIC FIM	R\$ 2.880.257,19	1,58%	0,56%	7,76%
AZ QUEST TOTAL RETURN FIC FIM	R\$ 2.839.979,55	1,55%	1,33%	7,77%
ARX LONG SHORT FIC FIM	R\$ 2.675.749,31	1,46%	0,83%	4,92%
GARDE DUMAS FIC FIM	R\$ 2.562.001,13	1,40%	1,11%	-1,09%
MAUÁ MACRO FIC FIM	R\$ 2.138.810,93	1,17%	-1,54%	-1,54%
Exterior	R\$ 3.564.535,67	1,95%	2,02%	0,82%
WESTERN ASSET MACRO FIM IE	R\$ 1.767.853,19	0,97%	3,68%	1,13%
PIMCO INCOME FIC FIM IE	R\$ 1.796.682,48	0,98%	0,90%	2,67%
TOTAL	R\$ 180.674.193,78	98,92%	0,75%	8,88%

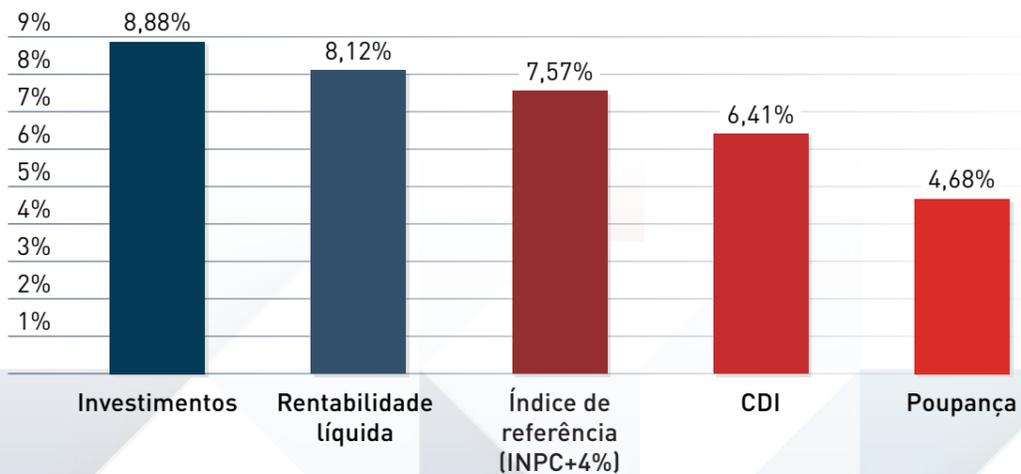
PGA – Plano de Gestão Administrativa				
Fundos	Saldo no mês	% do plano	Rent. mês	Rent. 12 meses
Renda fixa	R\$ 1.971.632,38	1,08%	0,60%	5,33%
OABPREV CLÁSSICO FIM	R\$ 1.971.632,38	1,08%	0,60%	5,33%

Rentabilidade x Índice de referência – mensal 2018



Mês	Investimentos	Rentabilidade líquida	Índice de Referência (INPC+4%)	CDI	Poupança
Janeiro/2018	1,55%	1,45%	0,58%	0,56%	0,43%
Fevereiro/2018	0,54%	0,38%	0,46%	0,51%	0,40%
Março/2018	0,97%	0,86%	0,53%	0,40%	0,40%
Abril/2018	0,54%	0,41%	0,52%	0,54%	0,39%
Mai/2018	-0,78%	-0,91%	0,52%	0,76%	0,37%
Junho/2018	0,54%	0,42%	0,52%	1,76%	0,37%
Julho/2018	1,30%	1,19%	0,54%	0,58%	0,37%
Agosto/2018	-0,11%	-0,23%	0,57%	0,33%	0,37%
Setembro/2018	0,56%	0,52%	0,47%	0,63%	0,37%
Outubro/2018	1,97%	1,83%	0,54%	0,73%	0,37%
Novembro/2018	0,74%	0,69%	0,49%	0,08%	0,37%
Dezembro/2018	0,75%	1,24%	0,49%	0,47%	0,37%
12 meses	8,88%	8,12%	7,57%	6,41%	4,68%

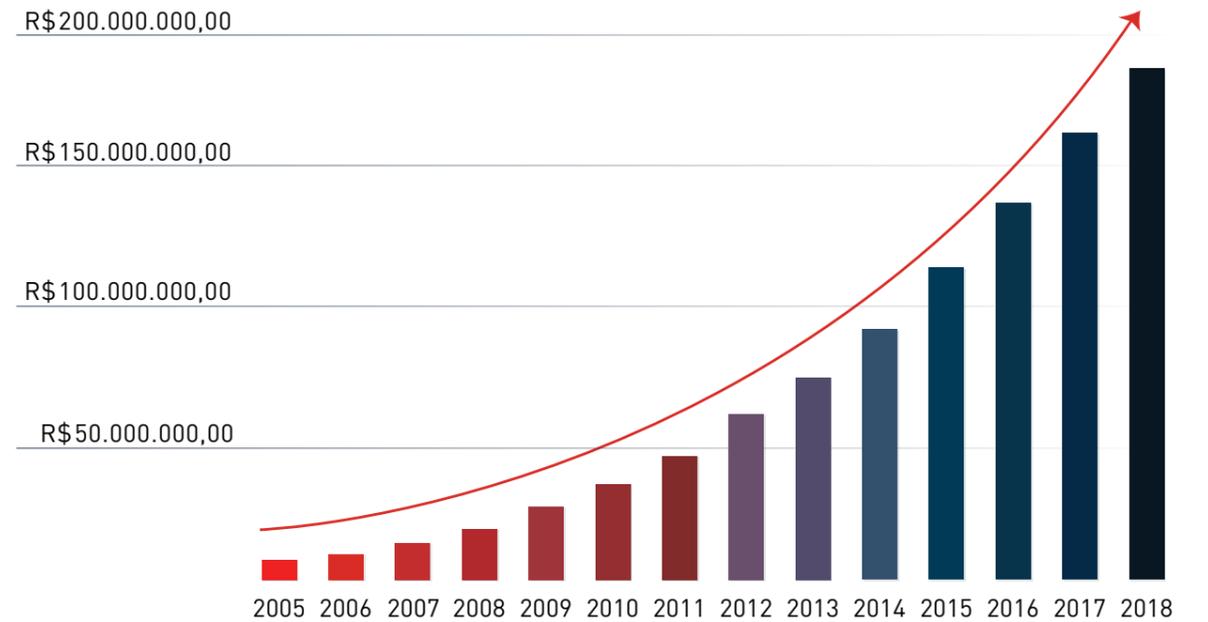
% em relação ao CDI 126,64%
% em relação ao Índice de referência (INPC+4%) 108,33%



Evolução dos investimentos

Solidez: crescimento de 2425% ao longo dos anos e mais de R\$180 milhões em investimentos.

Ano	Investimentos
2005	R\$7.232.500,00
2006	R\$9.785.209,87
2007	R\$13.778.308,20
2008	R\$18.613.053,08
2009	R\$26.319.428,85
2010	R\$34.666.412,51
2011	R\$44.674.690,65
2012	R\$59.164.160,50
2013	R\$72.253.781,23
2014	R\$89.163.982,97
2015	R\$111.659.600,87
2016	R\$134.610.693,16
2017	R\$159.645.809,03
2018	R\$182.645.826,16



GESTÃO CONTÁBIL

Ativo

Valores expressos em R\$ mil.

Ativo	2018	2017
Disponível	547	225
Realizável	182.710	159.680
Gestão previdencial	26	4
Gestão administrativa	38	30
Investimentos	182.646	159.646
Fundos de Investimento	182.646	159.646
Permanente	133	138
Imobilizado	96	88
Intangível	37	50
Diferido		
TOTAL DO ATIVO	183.390	160.043

Passivo

Valores expressos em R\$ mil.

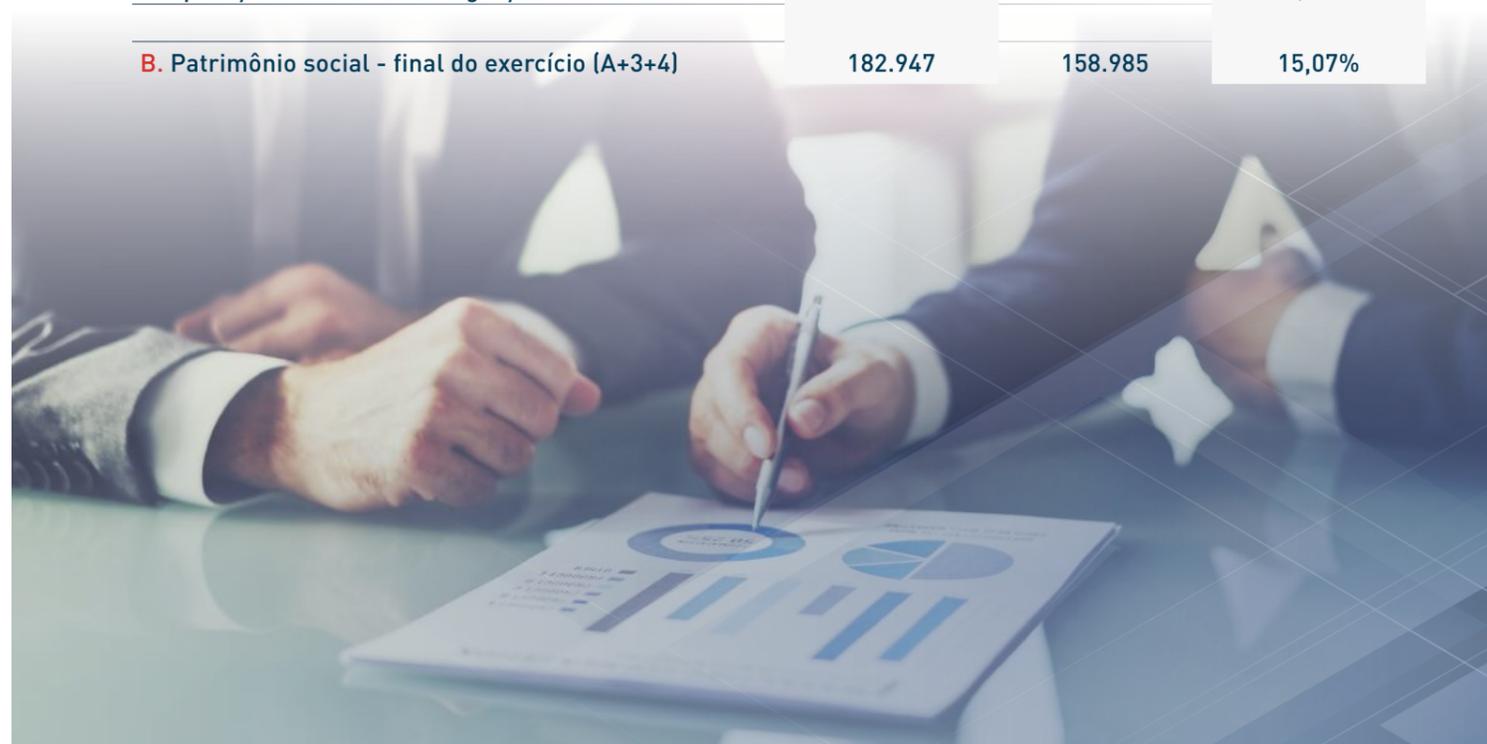
Passivo	2018	2017
Exigível operacional	337	952
Gestão previdencial	163	841
Gestão administrativa	174	111
Exigível contingencial	106	106
Gestão administrativa	106	106
Patrimônio social	182.947	158.985
Patrimônio de cobertura do plano	177.870	156.403
Provisões matemáticas	177.870	156.403
Benefícios concedidos	6.814	4.900
Benefícios a conceder	171.056	151.503
Fundos	5.077	2.582
Fundos previdenciais	3.114	372
Fundos administrativos	1.963	2.210
TOTAL DO PASSIVO	183.390	160.043



Demonstração da mutação do patrimônio social

Valores expressos em R\$ mil.

Descrição	2018	2017	Variação (%)
A. Patrimônio social - início do exercício	158.985	133.642	18,96%
1. Adições	45.724	47.003	-2,72%
(+) Contribuições previdenciais	28.941	28.255	2,43%
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão previdencial	11.816	14.518	-18,61%
(+) Receitas administrativas	4.730	4.043	16,99%
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão administrativa	237	187	26,74%
2. Destinações	21.762	21.660	0,47%
(-) Benefícios	18.442	18.812	-1,97%
(-) Constituição de contingências - Gestão previdencial	-	4	0,00%
(-) Despesas administrativas	3.320	2.844	16,74%
(-) Resultado negativo dos investimentos - Gestão administrativa	-	-	0,00%
(-) Constituição líquida de contingências - Gestão administrativa	-	-	0,00%
(-) Reversão dos fundos de investimento	-	-	0,00%
3. Acréscimo/Decréscimo no patrimônio social (1+2)	23.962	25.343	-5,45%
(+/-) Provisões matemáticas	21.467	-	0,00%
(+/-) Fundos previdenciais	2.742	-	0,00%
(+/-) Fundos administrativos	247	-	0,00%
4. Operações transitórias/migrações	-	-	0,00%
B. Patrimônio social - final do exercício (A+3+4)	182.947	158.985	15,07%



Demonstração do plano de gestão administrativa

Descrição	2018	2017	Variação (%)
A. Fundo administrativo do exercício anterior	2.210	824	168,20%
1. Custeio da gestão administrativa	4.965	4.230	17,38%
1.1 Receitas	4.965	4.230	17,38%
Custeio administrativo da gestão previdencial	265	268	-1,12%
Custeio administrativo dos investimentos	2.090	1.796	16,37%
Receitas diretas	1.864	1.979	-5,81%
Resultado positivo líquido dos investimentos	237	187	26,74%
Outras receitas	509	-	0,00%
2. Despesas administrativas	3.319	2.844	16,70%
2.1 Administração previdencial	2.324	1.991	16,73%
Pessoal e encargos	805	765	5,23%
Treinamentos/congressos e seminários	19	19	0,00%
Viagens e estadias	167	81	106,17%
Serviços de terceiros	722	502	43,82%
Despesas gerais	419	460	-8,91%
Depreciações e amortizações	30	26	15,38%
Tributos	162	138	17,39%
Outras despesas	-	-	0,00%
2.2 Administração dos investimentos	995	853	16,65%
Pessoal e encargos	345	328	5,18%
Treinamentos/congressos e seminários	8	8	0,00%
Viagens e estadias	71	35	102,86%
Serviços de terceiros	309	215	43,72%
Despesas gerais	180	197	-8,63%
Depreciações e amortizações	13	11	18,18%
Tributos	69	59	16,95%
2.3 Administração assistencial e outras despesas	-	-	0,00%
3. Constituição/Reversão de contingências	-	-	0,00%
4. Reversão de recursos para o plano de benefícios	1.893	-	0,00%
5. Resultado negativo líquido dos investimentos	-	-	0,00%
6. Sobra/Insuficiência da gestão administrativa (1-2-3-4-5)	247	1.386	-117,82%
7. Constituição/Reversão do fundo administrativo (4)	247	1.386	-117,82%
8. Operações transitórias/migrações	-	-	0,00%
B. Fundo administrativo do exercício atual (A+7+8)	1.963	2.210	-11,18%

Valores expressos em R\$ mil.

Demonstração das provisões técnicas de benefícios

Valores expressos em R\$ mil.

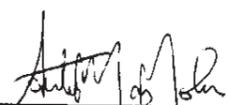
Descrição	2018	2017	Variação (%)
Provisões técnicas (1+2+3+4+5)	181.147	157.616	14,93%
1. Provisões matemáticas	177.870	156.403	13,73%
1.1 Benefícios concedidos	6.814	4.900	39,06%
Contribuição definida	6.814	4.900	39,06%
Benefício definido	-	-	0,00%
1.2 Benefícios a conceder	171.056	151.503	12,91%
Contribuição definida	171.056	151.503	12,91%
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	-	-	0,00%
Saldo de contas - parcela participantes	171.056	151.503	12,91%
2. Equilíbrio técnico	-	-	0,00%
3. Fundos	3.114	372	737,10%
3.1 Fundos previdenciais	3.114	372	737,10%
4. Exigível operacional	163	841	-80,62%
4.1 Gestão previdencial	163	841	-80,62%
4.2 Investimentos - gestão previdencial	-	-	0,00%



PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Minas Gerais - OABPREV-MG, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, conforme disposto no Art. 34 do Estatuto, depois de terem examinado as Demonstrações Contábeis de encerramento do exercício financeiro de 2018, consubstanciada pelo Parecer Atuarial emitido pela empresa Rodarte Nogueira Consultoria e Atuária (CNPJ-MF 03.950.991/0001-61), responsável técnica pelo Plano de Benefícios (CNPB 20.040.030-65), bem como pelo Parecer do Auditor Independente emitido pela empresa Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes (CNPJ 26.230.862/0001-02), aprova as referidas Demonstrações Contábeis do exercício de 2018 e Parecer Atuarial de 2018, sem ressalvas, destacando a nota de ênfase dos pareceristas, conforme ata da 1ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo, realizada em 18 de março de 2019.

Belo Horizonte/MG, 18 de março de 2019.


 — Antônio Marcos Nohmi
 Presidente do Conselho Deliberativo
 OABPREV-MG

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Minas Gerais - OABPrev-MG, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, conforme disposto no Art. 45 do Estatuto, depois de terem examinado as Demonstrações Contábeis de encerramento do exercício financeiro de 2018, consubstanciada pelo Parecer Atuarial emitido pela empresa Rodarte Nogueira Consultoria e Atuária (CNPJ-MF 03.950.991/0001-61), responsável técnica pelo Plano de Benefícios (CNPB 20.040.030-65), bem como pelo Parecer do Auditor Independente emitido pela empresa Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes (CNPJ 26.230.862/0001-02), recomenda a aprovação pelo Conselho Deliberativo das referidas Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas do exercício 2018, Parecer da Auditoria Independente do exercício de 2018 e Parecer Atuarial do exercício de 2018, observado nos termos apresentados pelos pareceristas, destacando a Nota de Ênfase dos pareceristas, conforme Ata da 01ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal, realizada em 18 de março de 2019. Nada mais a tratar, encerrou-se a reunião.

Belo Horizonte/MG, 18 de março de 2019.


 Marcos Antônio Pires de Moraes
 Presidente do Conselho Fiscal



EQUIPE

Adilson Camelo
Gerente Executivo

Clarissa Sofia
Analista Financeiro

Heri Alves
Auxiliar de Seguridade

Josiane Lacerda
Secretária Executiva

Júlia Araújo
Aprendiz de Administração

Leonardo Clemente
Auxiliar de Seguridade

Letícia Machado
Coordenadora de Seguridade

Lucas Sousa
Auxiliar de Seguridade

Luiz Orsine
Coordenador Adm./Cont./Fin.

Paulo Augusto
Especialista de Vendas e Marketing

Samuel Lopes
Estagiário - Comercial

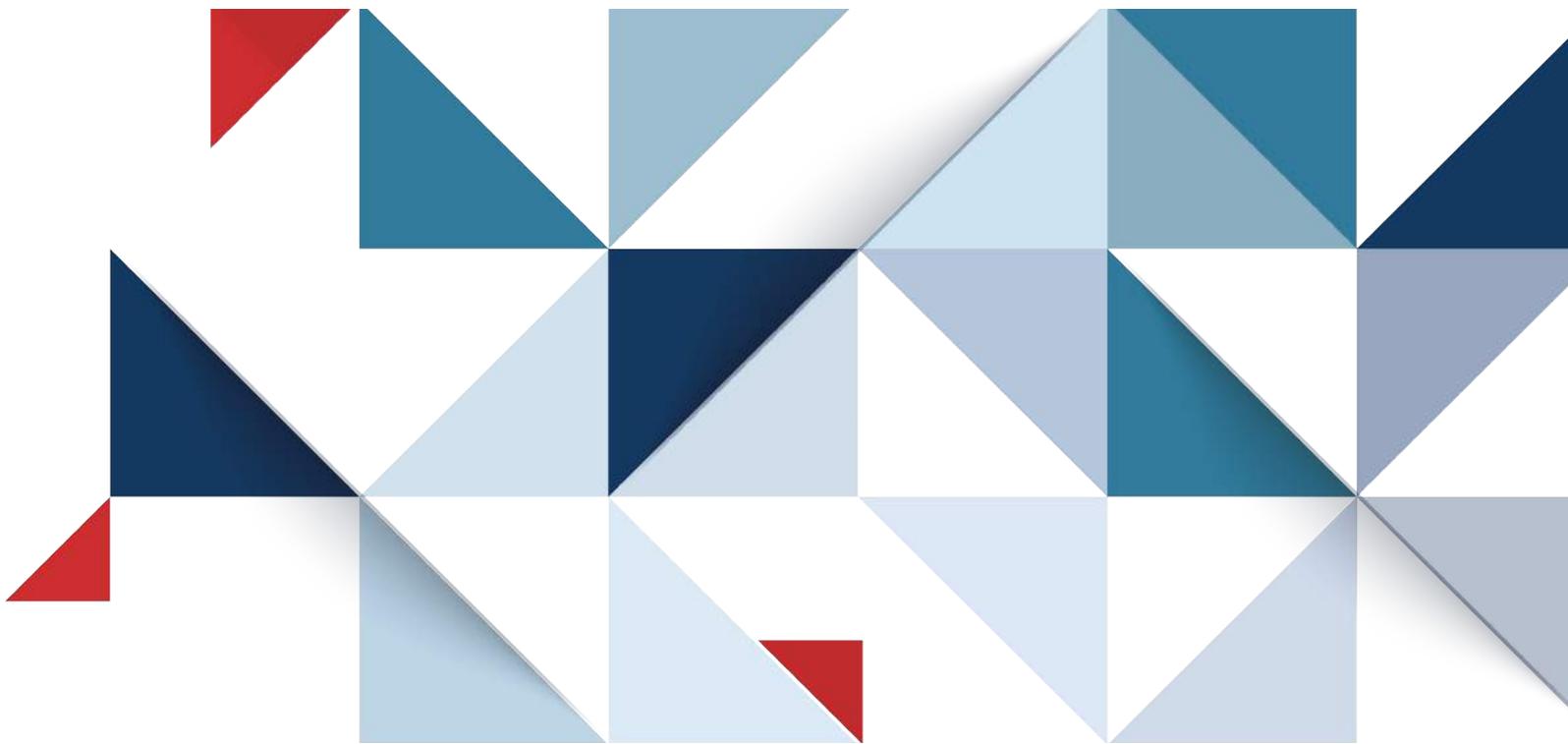
Vera Lúcia
Copeira



RELATÓRIO

ANUAL

2018



Avenida Getúlio Vargas, 1300 – 17º andar, conjunto 1701

30112-021, bairro Funcionários, Belo Horizonte - MG

+55 (31) 2125-6400

relacionamento@oabprev.com.br

www.oabprev.com.br

Projeto gráfico e diagramação: SIQ 77



AC AP DF ES MA MG MS MT PA RO RR